

## **APARELHO PRIVADO DE HEGEMONIA DO CAPITAL: REDE LATINO-AMERICANA DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL PELA EDUCAÇÃO<sup>1</sup>**

PRIVATE APPARATUS OF CAPITAL HEGEMONY: LATIN AMERICAN NETWORK OF CIVIL SOCIETY ORGANIZATIONS FOR EDUCATION

Vanessa Santana dos Santos<sup>2</sup>  
<https://orcid.org/0000-0003-0788-0875>

Márcia Aparecida Jacomini<sup>3</sup>  
<http://orcid.org/0000-0003-2936-3174>

**Resumo:** A incidência empresarial nas políticas educacionais ampliou-se a partir dos anos 2000, inaugurando um novo ciclo de mobilização empresarial. Nesse cenário, diversas organizações sociais foram criadas na América Latina. O Programa de Reformas Educacionais da América Latina e Caribe (Preal) asseverou a criação da Rede Latino-Americana de Organizações da Sociedade Civil, para ser uma referência aos países da América Latina. Diante disso, o artigo tem como objetivo compreender as articulações da Reduca como aparelho privado de hegemonia do capital no que tange às políticas educacionais da América Latina, considerando o conjunto de disputas em torno de um projeto de educação escolar pública. Com base numa pesquisa documental, as análises apoiaram-se nas contribuições teóricas gramscianas. Verificou-se que a Reduca teve seu financiamento e projeto intelectual articulados a organizações internacionais. Enquanto aparelho privado de hegemonia do capital, a Reduca defende a lógica da eficácia gerencial e atua como “partido” apoiada na hegemonia neoliberal.

**Palavras-chave:** Aparelhos privados de hegemonia do capital. Reduca. Políticas educacionais.

**Abstract:** Business involvement in educational policies expanded from the 2000s onwards, inaugurating a new cycle of business mobilization. In this scenario, several social organizations were created in Latin America. The Educational Reform Program for Latin America and the

<sup>1</sup> Texto escrito com base na tese intitulada Atuação de aparelhos privados de hegemonia burgueses nas políticas de formação continuada docente: o Todos pela Educação (Brasil) e o Proyecto Educar 2050 (Argentina) de Vanessa Santana dos Santos.

<sup>2</sup> Professora da Unidade Acadêmica de Serra Talhada da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Doutorado em Educação pela Universidade Federal de São Paulo.

<sup>3</sup> Professora do Departamento de Educação da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo. Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

Caribbean (Preal) asserted the creation of the Latin American Network of Civil Society Organizations, to be a reference for Latin American countries. Hence, the article aims to understand the articulations of Reduca as a private apparatus of capitalist hegemony with regard to educational policies in Latin America, taking into account the set of disputes surrounding a project for public school education. The analyzes of this documentary research were supported by Gramscian theoretical contributions. It was found that Reduca's funding and intellectual project were linked to international organizations. As a private apparatus of capitalist hegemony, Reduca defends the logic of managerial effectiveness and acts as a "party" supported by neoliberal hegemony.

**Keywords:** Private apparatuses of capitalist hegemony. Reduca. Educational policies.

## INTRODUÇÃO

A década de 1990 foi um marco para a educação diante do conjunto de contrarreformas educacionais latino-americanas. Entende-se que houve um processo de contrarreformas (educacionais, estatais), pois as "reformas" designadas pela classe hegemônica no contexto neoliberal e de reestruturação produtiva não incidiram em mudanças, nem avanços e lutas pelos direitos da classe trabalhadora. Ao contrário, ocorreu um movimento de retirada de direitos sociais indispensáveis dos trabalhadores.

De acordo com Coutinho (2010), o termo "reforma" foi organicamente atrelado à luta da classe trabalhadora em prol da transformação da sociedade e, conseqüentemente, atribuiu-se uma linguagem política e um significado progressista sobre tal nomenclatura. No entanto, a face neoliberal conferiu a essa ideia uma perspectiva de mudança benéfica, mesmo que, na verdade, denote cortes e restrições de direitos, como observou-se recentemente com a Reforma Trabalhista, a Previdenciária e a proposta em voga de Reforma Administrativa.

No cenário de contrarreformas educacionais, em 1994, foi criado o Programa de Reforma Educacional na América Latina e Caribe (Preal) com a atribuição de direcionar as contrarreformas educativas, sendo cimentado no discurso da "qualidade e equidade da educação" e embasado na ideia de políticas educacionais "eficientes". Outros elementos foram defendidos pelo Preal, sendo eles: monitoramento da educação escolar pública pela "sociedade civil"; participação da sociedade civil na elaboração de políticas educacionais; recomendações para relações entre o público e o privado; e indicação de que os empresários fossem produtores e executores da política educacional (Santos, 2023).

Entre os anos de 1990 e 2000, assinala-se a expansão do protagonismo das iniciativas empresariais em torno da educação escolar pública latino-americana com o Preal e, a partir de 2011, com a criação da Rede Latino-americana de Organizações da Sociedade Civil pela Educação (Reduca)<sup>4</sup>, que foi fruto de uma ação empresarial organizada que conectou diferentes organizações e os interesses dos governos de turno (Martins, 2019).

<sup>4</sup> Rede foi composta por 15 organizações, sendo elas: Todos pela Educação (Brasil), Proyecto Educar (Argentina), Educación 2020 (Chile), Empresarios por la educación (Colômbia), Grupo Faro (Equador), Fundación Empresarial para el desarrollo Educativo – Fedape (El Salvador); Empresarios por la Educación (Guatemala), Fundación para la

Martins (2024, p. 10) salienta que a Reduca surgiu como “resposta ao dilema organizacional de iniciativas anteriores, propondo uma interlocução sistemática entre vários atores empresariais, organizações multilaterais e governos”. Destacam-se então, como predecessores, a *Latin America Basic Education Summit* (Labes) com a premissa de “cooperação” do empresariado com o Estado com enfoque dos setores sociais, o que incluiria a educação; a *American Basic Education Initiative* — Labei ou Iniciativa Empresarial pela Educação Básica que demarcou a importância da educação para os empresários da América Latina (Martins, 2019) e o Programa Liderança Empresarial e Educação na América Latina coordenado pelo Preal, preâmbulo da Reduca, que organizou um “roteiro” didático de como o empresariado poderia incidir na educação pública (Santos, 2023). Tais antecessores foram importantes para o estabelecimento da rede, dado que indicavam, por exemplo, a capacidade do empresariado em liderar as discussões para elaborações de políticas públicas da educação.

A Reduca se apresentou como uma rede de organizações da sociedade civil da América Latina que estaria encarregada de garantir a educação de qualidade para todos nos países que fizessem parte da rede. Concebe-se que tal organização desempenhou a função de capilarizar e propalar as ações educacionais de cada organização representante de seu país, assim como promoveu eventos, campanhas, relatórios, cursos, seminários e artigos. Em confluência com isso, criou o *Observatório da Educação da América Latina* que tinha o papel de coletar e analisar dados da situação educacional dos países membros da rede, sendo uma via de monitoramento de cada país e região, a fim de utilizar esses resultados construídos artificialmente para a orientação de políticas educacionais latino-americanas.

Nessa esteira, a Reduca veiculou dados das chamadas “experiências exitosas” e de “boas práticas” por meio das organizações associadas e da própria rede com seus ditos “especialistas” em educação. Entende-se que “boas práticas” e “experiências exitosas” como sinônimos, pois os documentos dos organismos internacionais acabam não diferenciando esses termos.

As soluções, a partir de ações de redes de ensino, escolas, professores, diretores de escola, foram difundidas também pela Reduca como experiências que deram certo e podem ser replicadas em outros países latino-americanos. Diante disso, a rede foi um instrumento de mobilização, formulação e articulação (Lamosa, 2020a) das políticas educacionais, caracterizada por frações do movimento empresarial, representando assim um conjunto de organizações da classe dominante.

Diante das considerações elencadas, o objetivo deste trabalho é compreender as articulações da Reduca como aparelho privado de hegemonia do capital em relação às políticas educacionais latino-americanas. Ao realizar a radiografia da Reduca, a qual se considera um aparelho privado de hegemonia (Gramsci, 2007), a análise foi empreendida tendo em vista que ocorre um conjunto de tensões e disputas sucedidas acerca de um projeto de educação, além de considerar a atuação dos empresários no aparelho de Estado e na sociedade civil com base nas contribuições teóricas gramscianas de Estado Integral (Gramsci, 2007).

---

Educación Ernesto Maduro Andreu – Ferema (Honduras); Mexicanos Primero (México); Foro Educativo Nicaraguense “Eduquemos” (Nicarágua), Unidos por la Educación (Pananá), Juntos por la Educación (Paraguai), Empresarios por la Educación (Peru), Acción por la Educación – Educa (República Dominicana). Disponível em: <https://reduca-al.net/nosotros>. Acesso em: 29 dez, 2021.

Além disso, utilizou-se como instrumento de pesquisa a análise documental que abrange os documentos oficiais e os públicos não arquivados que envolvem os jornais, revistas, periódicos e outros tipos de documentos (Cellard, 2012). Cabe destacar que o documento representa qualquer espécie de registro histórico e pode ser utilizado de forma pedagógica pelas organizações empresariais com o intuito de disseminar seus projetos de sociedade/educação.

Nesse sentido, para apreender a Reduca como aparelho privado de hegemonia, foi realizada uma seleção, no primeiro momento, de documentos do Preal, da Reduca, do Todos pela Educação e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) com o intento de analisar as razões pelas quais a rede foi criada. Mas, como recorte deste texto, diante da compreensão da Reduca como aparelho privado de hegemonia do capital em relação às políticas educacionais produzidas para a América Latina foram cotejados os documentos, a saber: *Brasil - Movimento Todos pela Educação: novas práticas educativas e agenda de políticas* (BID, 2012); *Educação: uma agenda urgente: Reflexões do Congresso Internacional realizado pelo Todos Pela Educação* (TPE, 2011); *Empresas, fundaciones empresariales y educación en América Latina* (Documento n.º 64) (Sánchez; Pereira, 2012).

Por isso, também é fundamental se debruçar nos elementos que, muitas vezes, não constam no corpus documental. Desse modo, “as fontes [documentais] possuem objetividade, mas elas não se apresentam claramente. Documentos derivam de determinações históricas que devem ser apreendidas no movimento da pesquisa, posto que não estão imediatamente dadas na documentação” (Evangelista; Shiroma, 2019, p. 111).

O artigo está estruturado em três partes, sendo elas: i) breve discussão acerca da nova pedagogia da hegemonia atrelada à política neoliberal na América Latina; ii) gênese e financiamento da Reduca para compreensão dos interesses ocultos de investimento; iii) a constituição da Reduca como aparelho privado de hegemonia que atua como “partido” na América Latina, além desta Introdução e a Considerações Finais.

## A NOVA PEDAGOGIA DA HEGEMONIA: A FACE NEOLIBERAL NA AMÉRICA LATINA

A Reduca foi engendrada no processo da refuncionalização estatal, da reestruturação produtiva e da sociabilidade neoliberal, no transcurso da crise orgânica do capital em que houve a transição do bloco histórico<sup>5</sup> fordista/keynesiano para o toyotista/neoliberal. Logo, ocorreu uma nova organização da produção e da condução política e ideológica na sociedade capitalista (Castelo, 2011).

A acumulação flexível ou toyotismo baseou-se na flexibilidade dos processos de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo, além da inovação tecnológica, comercial e organizacional (Harvey, 2008a). Nesse sentido, tal modelo de produção industrial teve como premissa a multifuncionalidade e desespecialização dos trabalhadores, pois conduziram o “ciclo completo da

<sup>5</sup> De acordo com Gramsci (1999, p. 250, C 8, § 182), “a estrutura e as superestruturas formam um ‘bloco histórico’, isto é, o conjunto complexo e contraditório das superestruturas é o complexo das relações sociais de produção”.

produção”, utilizando novas técnicas de gestão que forjaram enunciados, tais como: “trabalhadores em equipe”, “células de produção”, “times de trabalho”, grupos “semiautônomos”, entre outros semelhantes.

O discurso traçado pelo toyotismo é o de que os trabalhadores teriam uma participação e cooperação ativa no fluxo completo da produção, além de serem polivalentes ao operar em diferentes tarefas. A flexibilização também violou os direitos trabalhistas, o que designou a redução do número de trabalhadores e ampliação da carga horária de trabalho com horas extras, contratos temporários e subcontratações (Harvey, 2008a). Dessa forma,

[...] o espírito do toyotismo está inscrito, por exemplo, no discurso da nova pedagogia que traduz em seu léxico elementos do novo nexos psicofísico (saber-fazer, saber usar e saber comunicar). Exige-se, deste modo, um novo nexos psicofísico do trabalho pelo qual o indivíduo é educado para atuar competitivamente (Alves, 2008, p. 123).

O modelo de acumulação flexível teve relação com o capital financeiro, haja vista que, segundo Harvey (2008a), a financeirização buscava o aumento da produtividade por meio do trabalho. Nessa conjuntura, ocorreu a mundialização do capital com o capital que se delineou predominantemente financeiro, o que desvelaria “numa nova configuração do capitalismo mundial e nos mecanismos que comandam seu desempenho e regulação” (Chesnais, 1996, p. 13).

A forma de capital monetário é adquirida de juros e envolve o sistema bancário, companhias de seguros, pensões, elementos que têm o encargo de produzir riqueza no capitalismo rentista, assim como o capital financeiro está cimentado no capital fictício que se subsidia no mercado de ações de empresas, cotas de fundos de investimento e títulos de dívidas públicas.

No caso da América Latina, entende-se que está inserida na lei do desenvolvimento desigual e combinado (Castillo de Herrera; Cobos Pradilla, 2015), visto que, presentemente, encontram-se no capitalismo contemporâneo as mais diversas formas de produção. Márquez Lopez e Cobos Pradilla (2016) afirmam que o processo histórico latino-americano foi descrito como fases sucessivas que se incorporam na mundialização do capital e de dominação pelas também incessantes relações imperialistas, considerando as peculiaridades, singularidades e especificidades de cada país que constitui a região. Então, há uma nova fase de acumulação do capital mundializado diante de um processo de neoliberalização que:

[...] envolveu muita “destruição criativa”, não somente dos antigos poderes e estruturas institucionais (chegando mesmo a abalar as formas tradicionais de soberania do Estado), mas também das divisões do trabalho, das relações sociais, da promoção do bem-estar social, das combinações de tecnologias, dos modos de vida e de pensamento, das atividades reprodutivas, das formas de ligação à terra e dos hábitos do coração (Harvey, 2008b, p. 13).

Nesse sentido, o processo de neoliberalização se tornou hegemônico como modalidade de discurso e influenciou “amplamente os modos de pensamento que se incorporou às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretar, viverem e compreenderem o mundo” (Harvey, 2008b,

p. 12-13). Ou seja, não seria apenas a ideia de livre mercado (aberto, autônomo e autorregulável), de liberdade de escolha, de menor intervenção do Estado na economia, de privatização e de repressão sindical (Castelo, 2011).

Salienta-se que o neoliberalismo foi instaurado de forma própria e singular nos países da periferia do capitalismo e teve seu ponto alto, principalmente, a partir da década de 1990. Assim, foi constituído na relação de forças entre as classes sociais e foi traçado de diferentes maneiras na América Latina, com maior ênfase na Argentina, Bolívia, México, Chile e Venezuela.

A prerrogativa neoliberal foi ratificada sob coordenação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM) no *Consenso de Washington*, em 1989. Para assegurar os interesses burgueses, foi impulsionado um conjunto de contrarreformas estatais com base na premissa de um aparelho estatal flexível, em contraposição ao *Welfare State* ou Bem-Estar Social que teria causado a crise fiscal em virtude dos investimentos em políticas sociais. Tal modelo de administração pública seria burocrático, ineficiente e moroso e não teria a capacidade de atender as demandas do cidadão. Nessa ótica, seria necessária uma administração pública gerencialista, inspirada na administração de empresas (Bresser-Pereira, 1996).

Desse modo, o neoliberalismo imputou ao Estado a função contrarreformista de “fiscalizar e conceder contratos de exploração, sem maiores restrições, aos interesses privados ao invés de atuar diretamente na produção e controle de mercadorias, de serviços e de transações financeiras” (Martins, 2009a, p. 49). Então, a contrarreforma estatal se embasou na competitividade, adaptação, motivação, competição, modernização e privatizações.

Na entrada do século XXI, ocorreram alterações nas relações de força no contexto latino-americano que, dentre outros elementos, abrangeram as lutas das massas em contraste ao neoliberalismo. Nessa fase, houve a proposta de revisionismo neoliberal que, para além de outras questões, passou pela ocidentalização das sociedades modernas, ampla organização da sociedade civil e relação desta última com o aparelho estatal, o que gerou um reordenamento em prol do reconhecimento da população na sociedade e a redefinição da questão social, processo que articulou uma nova sociabilidade baseada nos elementos da “Terceira Via” (Giddens, 1999) que conectava economia de mercado à justiça social (Martins, 2009a). Esse momento favoreceu a reeducação das massas, “visando a consolidação de um suposto modelo capitalista de “face humana” e um conformismo capaz de assegurar coesão social em torno desse modelo redefinido” (Martins, 2009a, p. 60-61).

As políticas sociais seriam, então, debatidas pela burguesia e seus intelectuais por meio de aparelhos privados de hegemonia com a finalidade de produzir, de forma educativa, o consenso acerca dos pilares da ideologia dominante, expressando a nova pedagogia da hegemonia<sup>6</sup>, “uma educação para o consenso sobre os sentidos de democracia, cidadania, ética e participação adequados aos interesses privados do grande capital nacional e internacional” (Neves, 2005, p. 15).

---

<sup>6</sup> A nova pedagogia da hegemonia foi resultado do trabalho de pesquisa do Coletivo de Estudos de Política Educacional da Universidade Federal Fluminense (UFF).



Sendo assim, sob os princípios neoliberais, o aparelho estatal foi refuncionalizado no que se refere às suas práticas e foram instituídas novas relações entre o aparelho de Estado e a sociedade civil, por meio de um movimento denominado “repolitização da política” (Neves; Santa’nna, 2005), com três propósitos, a saber:

[...] (a) diluir as formas de identificação do trabalhador com a sua classe através do estímulo ao chamado individualismo como valor moral radical, fortalecendo a ideia de cidadania ativa circunscrita à noção de voluntariado, através de incentivos à criação de demandas cada vez mais específicas e desconectadas do mundo do trabalho; (b) reordenar o papel das organizações da sociedade civil pré-existentes para torna-las instrumentos de difusão da nova sociabilidade, fortalecendo a noção de sociedade civil ativa; (c) incentivar o surgimento de organizações de novo tipo em condições de atuar na execução das políticas sociais, fortalecendo o capital social das comunidades e os modelos de descentralização participativa rumo à formação da chamada sociedade de bem-estar (Martins, 2009a, p. 141, grifos no original).

Dentro do ideário da “Terceira Via”, a sociedade civil foi colocada como central nas relações políticas, sociais e econômicas. Assim, as organizações ditas não governamentais poderiam estruturar a agenda social que deveria ser efetivada pelos governos (Giddens, 1999). As relações entre o público e o privado deveriam ser consumadas como meio de colaboração e “parcerias”, alicerçadas na perspectiva de uma sociedade civil harmônica que teria o intuito de buscar o bem comum por meio da contribuição de empresários, das celebridades e esportistas milionários, dentre outros. Esse grupo de benesses se tornariam empreendedores sociais e formariam suas próprias organizações (Castelo, 2011) de cunho privado que se relacionariam com o aparelho de Estado.

## **PROJETO EMPRESARIAL PARA EDUCAÇÃO ESCOLAR NA AMÉRICA LATINA: GÊNESE E FINANCIAMENTO**

O projeto empresarial para a educação escolar pública na América Latina organizou-se em torno do Preal, considerado por Santos (2023), o preâmbulo da Reduca. A Reduca é expressão do movimento de ampliação da atuação da classe empresarial nas políticas educacionais da América Latina com um “novo ciclo de mobilização empresarial” (Martins, 2019). Um dos marcos da mobilização de empresários, em 2006, foi o evento Ações de Responsabilidade Social em Educação: Melhores Práticas na América Latina, que demarcou a organização da frente social-liberal no Brasil (Lamosa, 2020a) com a afirmação do Todos pela Educação (TPE) no âmbito da classe empresarial.

Dentre os 100 empresários que participaram do evento, David Feffer, herdeiro da Suzano S.A, empresa de papel e celulose, com patrimônio avaliado em US\$ 1,6 bilhão (Noletto, 2024), proferiu que “quando é que alguém imaginou que empresários dos setores mais importantes do país sairiam de seus escritórios para debater educação? Isso dá uma ideia da mudança de mentalidade do empresariado” (Futema, 2006), o que sinalizou, na aparência, que os empresários teriam capacidade e conhecimentos que pudessem contribuir com a educação pública brasileira.

No entanto, destaca-se que, na verdade, houve o reforço da articulação e fortalecimento no meio empresarial sobre “importância de um organismo [no caso, o TPE] com capacidade para defender interesses da classe na sociedade civil e intervir na definição de políticas educacionais na aparelhagem de Estado” (Martins, 2009b, p. 23).

Lamosa (2020a) identificou que a classe dominante tem mobilizado um conjunto de organizações que atua na elaboração de projetos e ações direcionadas para educação com o objetivo de forjar um projeto de formação para a classe trabalhadora articulado com a perspectiva que domina. Cumpre destacar que a classe dominante fabrica tensões intraclasse, o que denota, segundo o autor, a formação de duas frentes de ação na educação brasileira, a social-liberal, direcionada pelo aparelho privado de hegemonia burguês TPE (Santos, 2023), e formada na conjuntura do social-liberalismo<sup>7</sup> e a liberal ultraconservadora, representada pelo Escola Sem Partido, organização que reúne os defensores dessa frente de ação que se expandiu mundialmente a partir da crise de 2008 (Colombo, 2018).

A frente social-liberal, segundo Lamosa (2020a, p. 14), “tem constituído um amplo arco de alianças transnacional expresso na Rede de Organizações da Sociedade Civil pela Educação na América Latina”. A Reduca foi fundada, em 2011, no Encontro Latino-Americano de Organizações da Sociedade Civil pela Educação, durante o Congresso Internacional Educação: uma agenda urgente, promovido pelo TPE entre 13 e 16 de setembro, em Brasília. O evento teve como patrocinadores o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Fundação Educar DPaschoal, Fundação Itaú Social, Fundação Lemann, Instituto Gerdau, Instituto Natura, Instituto Unibanco, Itaú BBA; apoio institucional da Comissão Especial do Plano Nacional de Educação da Câmara dos Deputados, Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife), Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) e apoio Agência Tudo, Canal Futura, Confederação Nacional da Indústria (CNI), Conselho Nacional de Educação (CNE) e DM9DDB (empresa de publicidade e propaganda).

Na ocasião, o evento contou com a participação do então Ministro da Educação Fernando Haddad, que também foi sócio-fundador do TPE e articulou a criação desse aparelho privado de hegemonia burguês brasileiro junto com empresários de diferentes frações de classe. No encontro, verbalizou que:

Temos a convicção de que o intercâmbio das nossas experiências vai nos fazer bem. A América Latina tem uma dívida histórica com a educação, que é um desafio para todos os nossos países. Podemos sair todos juntos de uma situação de inércia que marcou todo o século 20, sobretudo no que diz respeito à qualidade, e avançarmos juntos em proveito de um continente que dá atenção ao conhecimento (Brasil, 2011, s/p).

A fala do ex-Ministro da Educação, na fundação da Reduca, retratou os efeitos positivos de se realizar trocas de experiências entre os países da América Latina com enfoque na qualidade da educação, fator que esteve em consonância com as proposições da Reduca no que tange ao

---

<sup>7</sup> Segundo Lima e Martins (2005), a “Terceira Via” pode ser nomeada, em leitura crítica, como social-liberalismo.



compartilhamento de “boas práticas”. Ademais, retomou a ideia de necessidade de uma “rede” para intervir na construção das políticas educacionais, na mesma direção do Preal, como apontou Santos (2023).

O financiamento da Reduca foi materializado, primordialmente, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), maior banco regional do mundo e, em 2014, a União Europeia passou a cofinanciá-la. Martins (2019) identificou os financiadores da Reduca, entre 2001 e 2016, e, para além do BID, constatou a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid) e a Fundação Avina.

Segundo Martins (2019), o BID foi o financiador principal, a Usaid, secundário e o Diálogo Interamericano (IAD) atuou como um dos promotores da rede. Salienta que o BID não atuou apenas como um financiador da rede, mas monitorou se as atividades da Reduca eram convergentes com as perspectivas do banco, assim como estabeleceu as temáticas e metas educacionais que a rede deveria privilegiar, com destaque às políticas de *accountability* e parcerias táticas (Martins, 2024).

Santos e Vilarinho (2022) entendem as políticas de *accountability*<sup>8</sup> educacional como um sistema complexo que se dedica a regular a educação pública, induzindo outras políticas, sendo elas: (des) valorização docente, curriculares, avaliação educacional, gestão escolar e práticas pedagógicas, o que tem como consequência a dissolução da autonomia pedagógica e a ênfase nos resultados de avaliações padronizadas para o controle do produto, não dos processos na educação escolar.

O BID, Usaid e IAD substanciaram a criação do Preal e se associaram para a criação da Reduca. O Preal, no Programa Alianças Empresa e Educação, tratou sobre a formação de grupos de trabalho para a promoção de uma rede empresarial da educação. Sánchez e Pereira (2012), no documento do Preal, indicam que as redes sociais seriam estruturas de pessoas e organizações que se relacionam e que têm objetivos comuns com a função de oportunizar a troca de experiências, indicar uma identidade coletiva e a produção de conhecimento para a melhoria dos membros. Diante dessa explicação conceitual, apresentaram a Reduca como exemplo de rede, ressaltando seu vínculo empresarial ao apontarem que dela poderiam participar movimentos empresariais e aqueles que tivessem o compromisso em mobilizar a sociedade civil no que concerne à educação.

O cofinanciamento da União Europeia foi fixado por meio de um convênio para a construção de um plano de trabalho trienal e a produção de um “Observatório Educativo” com dados dos países associados à rede. Esses convênios não se limitaram ao viés econômico, mas envolveram nexos com especialistas, espaços e projetos.

Os subsídios financeiros sucederam por meio de cooperação técnica “não reembolsável”, quando ocorrem “doações” e, em troca, projetos são elaborados pelos financiadores que passam a realizar suas atividades nas redes públicas de ensino mediante “parcerias público-privadas”. Dessa forma, esses projetos modelos buscam difundir “experiências de excelência” com o objetivo de

<sup>8</sup> Para Dardot e Laval (2016, p. 197, grifos no original), “o mercado financeiro foi constituído em agente disciplinante para todos os atores da empresa, desde o dirigente até o assalariado de base: todos devem submeter-se ao princípio de *accountability*, isto é, à necessidade de “prestar contas” e ser avaliado em função dos resultados obtidos”.

criar um protótipo de educação escolar pautada na visão de “professores eficazes e competentes” e de “gestão escolar gerencial”.

As nomeadas “boas práticas” ou experiências de excelência se concretizam como “um conjunto de ações e/ou soluções replicáveis em larga escala para diversos países e seus respectivos sistemas educacionais” (Silva, 2023, p. 26). O leque de “boas práticas” é veiculado, de forma estratégica, para a opinião pública de empreendimentos espontâneos dos sujeitos locais, mas traduzido pelo BM, por exemplo, como algo técnico, verificado e testado, que não tem relação ou qualquer axioma ideológico e político de classe (ibidem).

As “boas práticas”, na vertente da Reduca, teriam estreitas relações com o viés de professores eficazes e competentes. As noções de eficácia e competência têm sido recomendadas pelas organizações internacionais, primordialmente, nos anos 2000. Para a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE),

Melhorar a eficácia, eficiência e equidade na educação depende, em grande medida, de assegurar que aqueles que pretendem dedicar-se à docência sejam pessoas competentes, que o seu método de ensino seja de boa qualidade e que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de excelência (OCDE, 2018, p. 17).

Tais slogans da política educacional (Shiroma; Evangelista, 2014) estão fundamentados nas “pedagogias do aprender a aprender” que, dentre outros elementos, baseiam-se na aprendizagem individual no cotidiano e dizem preparar as pessoas para o acompanhamento das rápidas mudanças sociais (Duarte, 2003). De acordo com Santos (2023), pode-se compreender que a Reduca se assentou no processo de eficácia gerencial, que justapõe a eficácia (foco nos resultados) e o gerencialismo (lógica da administração pública gerencial cimentada na administração de empresas) (Souza, 2021).

A eficácia gerencial pode ser identificada, conforme apresentou Jacomini e Stoco (2022), acerca dos 24 anos de gestão da política educacional no Estado de São Paulo sob a égide do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), numa concepção de ensino estritamente conectada à mensuração de aprendizagens em avaliações externas e padronizadas com base na lógica de gestão de resultados. Essa lógica foi introduzida com a reorganização da Seduc, em 1995, que criou o cadastro único de matrículas da rede estadual e, na sequência, o Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar de São Paulo (Saresp), e foi se ampliando por meio da criação de instrumentos de responsabilização docente que chegaram aos interiores das unidades escolares, na tentativa de alterar os sentidos da educação escolar (Jacomini; Stoco, 2022).

O BID e o TPE foram precursores da Reduca para fomentar a incidência nas políticas educacionais. Em acordo, foram financiadas as seguintes atividades para estruturação da rede:

[...] i) estabelecer uma rede de intercâmbio de boas práticas na criação e gestão de movimentos sociais pela educação na América Latina no que tange aos seus objetivos, programas, financiamento, estratégias de comunicação, mobilização social, estratégias de incidência nas políticas públicas, e de promoção da participação da sociedade civil no diálogo e controle social das políticas educativas; ii) apoiar a implantação de processos de acompanhamento das políticas e metas educativas ao nível regional ou em outros países; e iii)

organização de encontros regionais ou nacionais com os principais atores da política pública, da sociedade civil e dos setores público e com o privado (BID, 2012, p. 5-6).

O foco da Reduca é a disseminação de “boas práticas” na América Latina, dado que essa expressão advém do campo empresarial e expressa técnicas, procedimentos e soluções que proporcionaria a eficiência e eficácia, independente da conjuntura (Pronko, 2014). No terreno da educação, “a utilização de “boas práticas” pressupõe a consideração do processo educacional, nos seus diversos componentes (gestão educacional, processo de ensino aprendizagem etc.) de forma isolada do conjunto da vida social” (Pronko, 2014, p. 103).

Nota-se que a confluência harmônica no solo da sociedade civil foi demarcada por Marcelo Pérez Alfaro,, intelectual do BID, que enunciou a “importância” de reunir diferentes sujeitos do setor público e privado, todos em prol da contribuição com a educação (Todos pela Educação, 2011). Uma das vertentes de descentralização para o mercado substancia-se em propostas nas quais “todos” são responsáveis pelo bem-estar e pela educação, não somente o Estado, traçando elementos da nova pedagogia da hegemonia.

A Reduca, portanto, tem o papel de intervir na elaboração, implementação e avaliação das políticas educacionais diante de uma perspectiva privatizante e de eficácia gerencial, com o objetivo de controle e regulação das escolas e do trabalho docente. Tem atuado como um aparelho de hegemonia com capacidade de construir e difundir o projeto de educação dominante com base na vertente de um capitalismo humanizado. Esse capitalismo, em certa medida, encobre o viés empresarial da Reduca e sobressai, na aparência, seu propósito cidadão e preocupado com a educação pública que deve ter influência de outros aparelhos privados de hegemonia empresariais relacionados à rede com corpus ideológico em prol da formação de trabalhadores e trabalhadoras flexíveis.

## **REDUCA COMO APARELHO PRIVADO DE HEGEMONIA DO CAPITAL**

A Reduca apresentou-se como uma “rede” que teria o compromisso público e comum de contribuir para o direito à educação inclusiva e de qualidade (Reduca, 2011). A sua fundação foi instaurada pela Declaração de Brasília que firmou os princípios orientadores da rede: i) disposição para aprender fundamentada no princípio da troca de experiências, considerando os êxitos e as dificuldades dos pares; ii) trabalho colaborativo pautado na busca das melhores práticas e experiências; iii) Estado e educação como instituição que asseguraria a universalidade da oferta da educação como direito humano e constitucional, de modo que caberia à sociedade civil monitorar e exigir transparência das autoridades; iv) corresponsabilidade alicerçada na vertente em que os cidadãos deveriam participar da avaliação, implementação e delineamento das políticas educacionais, de forma que elas se tornassem políticas estatais; e v) participação entendida como aliança entre o setor público e privado mediante diálogo e propostas de ação que agregassem valor (Reduca, 2011).

Caetano e Mendes (2020) compreenderam a Reduca como uma rede de *think tank* pró-mercado. Ela seria constituída por determinados países da América Latina que detêm empresários e “filantropos” como protagonistas, os quais seriam compreendidos como sociedade civil. Essas organizações teriam a finalidade de elaborar políticas públicas e incidir na formulação, implementação e avaliação dessas políticas nos órgãos governamentais. Poderiam atuar em diferentes áreas e serem associadas aos partidos políticos, diferentes frações da classe empresarial e ter intelectuais com conexão governamental.

As organizações privadas caracterizadas como *think tanks* utilizam variadas estratégias de *marketing* para validação de suas ideias e formação da opinião pública. De acordo com Caetano e Mendes (2020, p. 3), os *think tanks* pró-mercado, – que qualificamos como aparelhos privados de hegemonia – são organizações que “atuam para legitimar as forças do mercado”. Um exemplo brasileiro é a Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Para Herdade (2019), os empresários/líderes das organizações que compõem a rede se colocam como fundamentais para o êxito da reorganização da educação pública com base nas “parcerias público-privadas”. As organizações se relacionam com governos para influenciar as políticas educacionais, de forma legal, e justificam contribuir com a experiência empresarial, que colocaria a educação pública dentro dos parâmetros de mercado, junto à ideia de corresponsabilidade educacional entre governos e organizações da sociedade civil.

Martins (2019) apontou que a reorganização empresarial com interesses nas políticas educacionais faz parte de um projeto hegemônico, tendo em vista a reprodução ampliada do capital e, ao mesmo tempo, demarca os interesses particulares das forças sociais em disputa. Assim, a Reduca teria o papel de responder às propensões empresariais e ao imperialismo estadunidense diante dos novos contornos geopolíticos. A autora ainda compreendeu a Reduca como a “rede de redes” por apresentar um grande potencial de integração nos países membros e a capacidade de mobilização de recursos e de propagação de seu projeto educacional na mídia, além de um vínculo orgânico com o aparelho estatal e organizações internacionais.

Para Lamosa (2020b), a Reduca revelou uma formação que abarca as distintas frações do capital com maior protagonismo para o financeiro e para as empresas de telecomunicações. O movimento de influência nas contrarreformas educacionais imprime à Reduca, cimentado na acepção gramsciana, a atuação de partido, no sentido amplo, dado que a rede tem uma tarefa importante na produção de consenso, passivo e ativo da sociedade (Lamosa, 2020b).

O conjunto de pesquisas convergem na concepção de que a Reduca teria a função de incidir nas políticas educacionais e de criar um consenso de um projeto de educação privatizante. A partir disso, entende a rede como: i) componente do projeto hegemônico de (re) produção ampliada do capital que respondeu aos interesses da burguesia na dinâmica externa e interna (Martins, 2019), empenhando-se em revalidar a hegemonia burguesa na América Latina no âmbito econômico, ético-político e moral e ii) assentada na perspectiva gramsciana, um aparelho privado de hegemonia (APH) da classe dominante. Todavia, não se excluiu a interpretação de Lamosa (2020b), segundo a qual a Reduca, de forma ampla, atua como partido e compreende-se que pode exercer “funções de um partido político”.

Para compreender a Reduca como aparelho privado de hegemonia da classe dominante e como os conceitos de Antônio Gramsci estão inter-relacionados, retoma-se a definição de “Estado Integral” que é constituído pela sociedade política e pela sociedade civil como uma unidade dialética e orgânica, desmembrada apenas didaticamente (Gramsci, 2007). A sociedade política é o Estado-governo ou Estado em sentido estrito, aparelhagem governamental subsidiada no âmbito legal, designando a coerção. A sociedade civil é compreendida como “o conjunto de organismos designados vulgarmente como ‘privados’” (Gramsci, 2001, p. 20, C 12 § 1) que têm o papel de formular o consenso. Para tanto, sociedade civil e sociedade política podem circunscrever dois planos superestruturais “que correspondem, respectivamente, à função de ‘hegemonia’ que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de ‘domínio direto’ ou de comando, que se expressa no Estado e no governo ‘jurídico’” (Gramsci, 2001, p. 20-21, C 12 § 1).

A coerção e o consenso são qualitativos da sociedade política e sociedade civil, respectivamente. Contudo, “em ambas as esferas do Estado Integral encontramos coerção e consenso, mas, enquanto a coerção é predominante na sociedade política, o consenso é na sociedade civil” (Jacomini, 2022, p. 71). Os “aparelhos privados de hegemonia” são organizações que fazem parte da sociedade civil (arena de luta de classes) e têm a função de elaborar, organizar e difundir as ideologias em prol de determinada direção moral e intelectual para a formação da consciência de classe, da visão de mundo e da produção de um consenso em torno dessas ideologias. Esses aparelhos hegemônicos “funcionam como suportes materiais dessas ideologias” (Bianchi, 2008, p. 179).

A Reduca é um aparelho privado de hegemonia da classe dominante que, junto com seus membros, de forma relacional, produz um consenso acerca das políticas educacionais latino-americanas. Ademais, promoveu uma condução a fim de que as massas adiram às perspectivas forjadas pela classe dominante sobre a educação. Os aparelhos privados de hegemonia se diferenciam em seus preceitos e convicções, dado que “os cortes classistas e as lutas entre os diferentes grupos sociais atravessam os aparelhos hegemônicos e contrapõem uns a outros” (Bianchi, 2008 p. 179).

Concomitantemente, a Reduca atua na “função de partido”, no sentido amplo do conceito. Ou seja, a rede apresenta a função de um partido político na América Latina “que é diretiva e organizativa, educativa, isto é, intelectual” (Gramsci 2001, p. 25, C 12 § 1).

Os partidos orgânicos podem ser divididos em “frações de partido” ou “funções de partido”. Isso significa que “[...] um jornal (ou um grupo de jornais), uma revista (ou um grupo de revistas) são também “partidos”, “frações de partido” ou “funções de determinados partidos” (Gramsci, 2007, p. 350, C 17 § 37). O partido pode ser composto por uma “elite de homens de cultura” que têm a função diretiva no âmbito cultural, da ideologia geral, “um grande movimento de partidos afins”, sendo frações de um mesmo partido (Gramsci, 2007, p. 349-351, C 17 § 37). Em face do exposto, a Reduca exerce a função de partido, pois é constituída por uma “elite de homens de cultura”, por um quadro de intelectuais orgânicos coletivos e individuais do capital que têm a incumbência de dirigir as políticas educacionais latino-americanas, bem como elaborar e dissipar a ideologia da classe dominante para que se tornem universais.

A Reduca cumpre um papel pedagógico de educar as massas para promoção de uma educação escolar pública alicerçada na formação de “competências” direcionada para a “empregabilidade” e, atualmente, para o “empreendedorismo”.

A Reduca foi aparelhada para conformar a classe trabalhadora da necessidade de “reformas educativas” para melhoria da qualidade da educação inseridas ao projeto da burguesia no bloco histórico neoliberal (Castelo, 2011), dado que esse aparelho privado de hegemonia foi oriundo da correlação de forças entre as classes sociais e entre as frações da burguesia. As frações das classes dominantes se localizam em diferentes organizações sociais voltadas para a educação tanto na sociedade política quanto na sociedade civil, mas se agrupam por objetivos comuns e universais, tornando-se dirigente da sua própria classe.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No cenário de contrarreformas educacionais a partir dos anos de 1990, ressalta-se a articulação do Preal, que sistematizou nos seus documentos os mecanismos e formas possíveis de incidência empresarial nas políticas educacionais com destaque para o conhecimento intelectual e de práticas vivenciadas desses sujeitos, elementos que seriam essenciais para a formulação de políticas educacionais na América Latina. A partir de 2011, a Reduca engendrada pelo Preal, BID, IAD e USAID assumiu a função de convergir determinadas organizações sociais com vínculos diretos ou indiretos com o empresariado com a finalidade de direcionar a educação dos países da periferia do capitalismo.

Compreende-se a incursão dos empresários nas relações de poder e disputas pelo projeto de educação pública, com suas organizações “imprescindíveis” para a elaboração das políticas educacionais. Considerando a crise orgânica que reestrutura, de modo econômico, político e ideológico, a sociedade capitalista, houve também uma ampliação de aparelhos privados de hegemonia de face empresarial interessados na educação, muitos com roupagens de organizações da sociedade civil “apartidárias” e “sem fins lucrativos” que teriam o objetivo de promover a cidadania para o bem-estar dos estudantes da educação pública.

Diante da ideia de empreendimento da cidadania e participação de “toda” a sociedade no percurso da produção de políticas educacionais que o TPE foi fundado, no Brasil, como aparelho privado de hegemonia da frente social-liberal. Tal organização social foi protagonista na fundação da rede, utilizada como referência para os outros países membros da Reduca, porque teria a capacidade de liderança e influência na região pelas relações com empresários, mídia, academia e educadores, podendo mobilizar a América Latina em torno do projeto de educação da classe dominante.

Salienta-se que a nova pedagogia da hegemonia foi difundida nos países de capitalismo dependente de diferentes formas, de acordo com suas particularidades e singularidades, contexto histórico, político, social e cultural, com base na lei do desenvolvimento desigual e combinado e as adesões burguesas em torno de determinados projetos de sociedade foram pautadas nos seus interesses.



As organizações de novo tipo, diferentes dos aparelhos privados de luta vinculados à classe trabalhadora, foram impulsionadas como substitutivas de ações do Estado e apresentadas como organizações sociais que teriam melhor capacidade para efetivar as políticas sociais, incluindo, a educação. Entende-se que houve o esvaziamento do papel ativo do Estado em propor essas “reformas”, colocando-o como autônomo da sociedade civil, substanciado na teoria de um Estado liberal. Ademais, o fortalecimento da tese de um Estado ineficiente e burocrático, situando que a privatização e a publicização (transferência de serviços do aparelho do Estado para as organizações sociais) seria um horizonte para a materialização das contrarreformas educacionais. Essas ideias também se concatenam com a nova pedagogia da hegemonia.

Ao analisar a gênese, organização, financiamento e apresentação da Reduca com base no conceito de Estado Integral de Gramsci, pode-se dizer que diferentes e determinados aparelhos privados de hegemonia vinculados ao capital (sociedade civil) têm assumido o papel de elaborar e propor políticas educacionais, que são atribuídas pelo Estado (sociedade política) e implementadas enquanto políticas públicas. Eles produzem o consenso no âmbito do currículo, avaliação, formação docente, gestão, entre outros, reverberando que tais políticas podem melhorar as práticas pedagógicas e as aprendizagens dos estudantes nas escolas.

Ressalta-se que além de ser um aparelho de hegemonia da classe dominante, a Reduca na sua atuação como partido e com intelectuais orgânicos coletivos e/ou individuais vinculados à classe dominante, elabora e dirige as políticas educacionais latino-americanas. Assim, os *slogans* “boas práticas”, “qualidade da educação”, “professor eficaz” e “gestão escolar gerencial”, com base na ideia de “todos pela educação”, têm sido apresentados ao conjunto da sociedade como um consenso dela, mascarando seu verdadeiro sentido, a racionalidade neoliberal.

A Reduca é mais um aparelho privado de hegemonia do capital e partido que disputa o conteúdo e a forma da educação escolar da classe trabalhadora numa perspectiva de eficácia gerencial, indicando mensurar e controlar o trabalho docente em prol da reprodução ampliada do capital.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade**: o metabolismo social da reestruturação produtiva do capital. Marília: Unesp, 2008.

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento. **Brasil - Movimento Todos pela Educação**: novas práticas educativas e agenda de políticas (BR-T1246). Documento de Cooperação Técnica. Washington, D. C, 2012.

BIANCHI, Álvaro. **O laboratório de Gramsci**: filosofia, história e política. São Paulo: Alameda, 2008.

BRASIL. **Educação é desafio para toda a América Latina**, diz ministro. Ministério da Educação. Brasília, 2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 15 ago. 2021.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Da administração pública burocrática à gerencial. **Revista do Serviço Público**, São Paulo, v. 47. n. 1. p. 1-28, jan/abril, 1996. Disponível em: <https://www.bresserpereira.org.br/papers/1996/95>. Acesso em: 12 jun. 2021.

CAETANO, Maria Raquel Caetano; MENDES, Valdelaine da Rosa. Think tanks, redes e a atuação do empresariado na educação. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 36, p. 1-17, 2020. DOI. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.75939>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j>. Acesso em: 12 abr. 2023.

ASTELO, Rodrigo. **O social-liberalismo**: uma ideologia neoliberal para a “questão social” no século XXI. 379f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro/RJ, 2011.

CASTILLO DE HERRERA, Mercedes; PRADILLA COBOS, Emilio. La informalidad como concepto ideológico y las formas de subsistencia de la sobrepoblación relativa en América Latina. In: II SEMINARIO INTERNACIONAL LA FASE ACTUAL DEL CAPITALISMO Y LA URBANIZACIÓN EN AMÉRICA LATINA: LO GENERAL Y LO PARTICULAR, 2015, Medellín. **Anais** (on-line) [...]. Medellín: Red Latinoamericana de Investigadores sobre Teoría Urbana Escuela de Planeación Urbano-Regional, 2015. Disponível em: <https://www.pensamientopenal.com.ar>. Acesso em: 21 jan. 2021.

CELLARD, A. Análise documental. In: POUPART, Jean *et al.* **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos. 3ª ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2012. (Coleção Sociologia).

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. Trad. Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

COLOMBO, Luiza Rabelo. **A frente liberal-ultraconservadora no Brasil** – Reflexões sobre e para além do “movimento” Escola Sem Partido. 200f. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares). Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro/RJ, 2018.

COUTINHO, Carlos. Nelson. A hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele Saliba (orgs.). **Hegemonia às avessas**: economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo [recurso eletrônico]**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução Mariana Echalar. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUARTE, Newton. Conhecimento tácito e conhecimento escolar na formação do professor (Por que Donald Schön não entendeu Luria). **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 24, n. 83, p. 601-625, agosto 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j>. Acesso em: 06 jan. 2021.

EVANGELISTA, Olinda; SHIROMA, Eneida Oto. Subsídios teórico-metodológicos para o trabalho com documentos de política educacional: contribuições do marxismo. In: CEA, Georgia Sobreira; RUMMERT, Sônia Maria; GONÇALVES, Leonardo Dorneles. (Org.) **Trabalho e educação**: interlocuções marxistas. Rio Grande do Sul: Ed. da FURG, 2019.

FUTEMA, Fabiana. Empresários se unem para propor ações para melhoria da educação. **Folha online**, 26 jun. 2006. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha>. Acesso em: 02 set. 2024.

GIDDENS, Anthony. **A terceira via**: Reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia. Trad. Maria Luiza X de A. Borges. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Trad. Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2, 2001.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Trad. Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques, v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Maquiavel: Notas sobre o Estado e a política. Trad. Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2007.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 17. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008a.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Ed. Loyola, 2008b.

HERDADE, Livia Vitória Cavadas. Rede Latino-americana de Organizações da sociedade civil pela Educação: atuação e composição. *In*: XIV SEMANA DE HISTÓRIA POLÍTICA, CULTURA E SOCIEDADE/SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA: POLÍTICA CULTURA E SOCIEDADE 19, Rio de Janeiro. Anais [...]. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2019.

JACOMINI, Márcia Aparecida. **Antonio Gramsci e a pesquisa educacional**. 1ª ed. São Paulo: Alameda, 2022.

JACOMINI, Márcia Aparecida; STOCO, Sérgio. Apresentação: Política educacional e gerencialismo na Rede Estadual Paulista. *In*: Márcia Aparecida Jacomini e Sergio Stoco. (Org.). **Política e Gestão da Educação na Rede Estadual Paulista, 1995-2018**. 1ed. São Paulo: Alameda, 2022, p. 11-24.

LAMOSA, Rodrigo. As frentes de ação da classe dominante na educação: entre o Todos pela Educação e a ideologia Escola sem Partido. *In*: LAMOSA, Rodrigo (org). **Classe dominante e educação em tempos de pandemia**: uma tragédia anunciada. Editora Terra sem Amos: Parnaíba, 2020a.

LAMOSA, Rodrigo de Azevedo Cruz. Fundamentos históricos da atuação do partido do capital na defesa do direito à educação na América Latina. *In*: VIEIRA, Nívea Silva; LAMOSA, Rodrigo de Azevedo Cruz (org.). **Todos pela Educação?** Uma década de ofensiva do capital sobre as escolas pública. 1. ed. Curitiba: Appris, 2020b. (Educação, Tecnologia e Transdisciplinaridade).

LIMA, Kátia Regina de Souza; MARTINS, André Silva. A nova pedagogia da hegemonia: Pressupostos, princípios e estratégias. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

MÁRQUEZ LOPEZ, Lisett; PADRILLA COBOS, Emilio. (2016). Los territorios latinoamericanos en la mundialización del capital. **Territorios**, Colômbia, n. 34, p. 17-34, 2016. Disponível em: <https://revistas.urosario.edu.co>. Acesso em: 20 jan. 2022.

MARTINS, André Silva. **A direita para o social: a educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2009a.

MARTINS, André Silva. Educação Básica no Século XXI: o projeto do organismo “Todos pela Educação”. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v.4, n.1, p.21-28, jan.-jun. 2009b. Disponível em: <https://revistas.uepg.br>. Acesso em: 15 jan. 2023.

MARTINS, Erika Moreira. **Empresariamento da educação básica na América Latina: redes empresariais prol educação**. 253f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2019.

MARTINS, Erika Moreira Convergência de interesses na reforma educacional na América Latina e no Caribe: genealogia e atuação de uma rede de governança multinível. **Práxis Educativa**, v. 19, p. 1–25, 2024. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa>. Acesso em: 18 ago. 2024.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. Apresentação. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley. (org.). **A nova pedagogia da hegemonia – estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley; SANT’ANNA, Ronaldo. Introdução: Gramsci, o Estado educador e a nova pedagogia da hegemonia. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley. (org.). **A nova pedagogia da hegemonia – estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

NOLETO, Bárbara. Qual o patrimônio dos brasileiros mais ricos do mundo? Confira a lista de bilionários. **Jornal Opção Online**, 2024. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias> . Acesso em: 02 set. 2024.

OCDE. **Políticas docentes efectivas: Conclusiones del informe PISA, PISA**, Edición de la OCDE, Paris: OCDE, 2018.

PRONKO, Marcela Alejandra. O Banco Mundial no campo internacional da educação. In: PEREIRA, João Márcio Mendes; PRONKO, Marcela Alejandra (org.). **A demolição de direitos: um exame das políticas do Banco Mundial para a educação e a saúde (1980-2013)**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2014.

REDUCA. **Declaração Constitutiva da Rede Latino-Americana de Organizações da Sociedade Civil pela Educação**. Brasília: Reduca, 2011.

SÁNCHEZ, Guillermo Carvajalino; PEREIRA, Istar Jimena Gómez. **Empresas, fundaciones empresariales y educación en América Latina** (Documento n.º 64) Santiago de Chile: Programa de Promoção da Reforma Educacional na América Latina e Caribe, 2012. Disponível: <https://www.oitcinterfor.org/node/5518>. Acesso em jan. 2022.

SANTOS, Ana Lúcia Félix.; VILARINHO, Emília. Regulação e accountability na (re) configuração das políticas para a educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação** - Periódico científico editado pela ANPAE, v. 37, n. 3, p. 1161–1180, 2022. DOI:

<https://doi.org/10.21573/vol37n32021.104999>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br>. Acesso em: 01 dez. 2022.

SANTOS, Vanessa Santana dos. **Atuação de aparelhos privados de hegemonia burgueses nas políticas de formação continuada docente: o Todos pela Educação (Brasil) e o Proyecto Educar 2050 (Argentina)**. 390f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos/SP, 2023.

SHIROMA, Eneida Oto; EVANGELISTA, Olinda. Apresentação. In: EVANGELISTA, Olinda. (org.). **O que revelam os slogans da política educacional**. Araraquara: Junqueira & Marin, 2014.

SILVA, Thiago Moreira Melo. **Brasil, de “experiências de catálogo” a um “laboratório de ação educacional”**: a concepção de boas práticas como instrumento de gestão do Banco Mundial para a Educação. 290f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos/SP, 2023.

SOUZA, Camila Azevedo de. **Educação básica em disputa: o jogo dos empresários no mercado mundial do conhecimento no século XXI**. Campinas/SP: Mercado das Letras, 2021.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Educação: uma agenda urgente: Reflexões do Congresso Internacional realizado pelo Todos Pela Educação**, Brasília: Todos pela Educação/ Editora Moderna, 2011.

Recebido em: 08 de fevereiro de 2025

Aprovado em: 08 de dezembro de 2025